

Porquê (e razões para) a mitificação do campo

Hélder Trigo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

htrigo@letras.up.pt



Colóquio Ibérico de Estudos Rurais
Cultura, Inovação e Território

Coloquio Ibérico de Estudios Rurales
Cultura, Innovación y Territorio

Coimbra, Portugal

Outubro / Octubre 23-25, 2008

Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território

Porquê (e razões para) a mitificação do campo

Hélder Trigo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

htrigo@letras.up.pt

RESUMO*

A ruralidade europeia transformou-se radicalmente nos últimos 50 anos. No pós - guerra e ainda aquando do tratado de Roma, que estabeleceu a necessidade de implementar uma política agrícola comum, o campo era ainda um território essencialmente de produção de bens alimentares com base numa economia de raiz camponesa. O crescimento urbano – industrial que posteriormente se operou, o sincrónico êxodo rural e a progressiva dominância das políticas produtivistas, se não operaram uma profunda transformação da paisagem rural, marcada por uma densa espessura histórica, recentraram, pelo menos no nosso imaginário colectivo, a concepção que hoje temos do que é o campo e, mesmo, para que (nos) serve.

Cada vez mais procurado (e desejado) pela busca de identidade e de reconciliação, até mesmo de descoberta, com uma diversidade territorial e estética que se consubstancia e faz sentido enquanto “natureza” transformada *suavemente* com engenho e arte, repositório de um vasto património material e imaterial legado por sucessivas civilizações e modos de vida, o campo corporiza, actualmente, uma boa parte dos nossos míticos “lugares de (re)encontro”.

Palavras Chave: identidade territorial; memória e património; desenvolvimento rural.

Helder Marques

Geógrafo, Professor da Universidade do Porto

Para o que se pretende discutir neste artigo, não é necessário recorrer a uma sustentação empírica de substância bastando, como ponto de partida, compulsar o último número da revista *evasões* (nº 126 /Outubro 2008) que dedica uma boa parte dos textos ao que, genericamente, poderíamos chamar de turismo em espaço rural. Em cerca de vinte páginas que incluem excelentes fotografias, o leitor é convidado a aceder a territórios apelativos, diria mesmo, quase oníricos. Vejam-se, por exemplo, alguns títulos e subtítulos entre as pp. 20 e 33: *10 casas no Alentejo /campo da tranquilidade / há magia no Alentejo. Deve ter alguma coisa a ver com a paisagem de vistas largas ou com uma forma de viver apegada às coisas boas e àquilo que realmente importa* (p.20) / *1600 hectares de natureza em estado puro onde correm javalis, veados...* (p.22), ou ainda, *rodeado pelo campo verdejante, o idílio acontece* (p.31). Mais à frente, na proposta de *2 passeios para Outubro*, nos rios Tejo e Mondego (pp. 68 – 77), relativamente ao primeiro destaca-se *o verde luxuriante, o azul embriagante* (p.72) e, ao segundo, *os moinhos de pás adormecidas para nos guardarem os sonhos* (p. 76)¹

O mesmo sucede quando na rede web se navega no discurso de promoção e oferta das diversas formas de turismo em geral e de alojamento, em particular, nos territórios da ruralidade. Qualquer contagem que se realize, mais ou menos sistemática, revela uma intensidade e conteúdo que não se distancia muito do acima referido.

Dou como adquirido que no tempo presente existe uma excessiva tendência para o primado da forma, em detrimento do conteúdo ou da funcionalidade, o que se manifesta, recorrentemente, mesmo nos artefactos mais insignificantes do nosso quotidiano. Hoje, parece que tem que parecer para poder ser, iludindo-se ou ocultando-se por incorporação, a rudeza da componente material, quando se sublinha / evidencia e, portanto, se hiperboliza a componente imaterial, o que em parte explicará, a estetização do campo em detrimento da substância /lugar de produção. Ora, o que pretendo demonstrar é:

- i- Em primeiro lugar, que no nosso imaginário, o “lugar do campo” enquanto espaço de (re) encontro, foi sendo sucessivamente e, ao longo do tempo, construído e reconstruído, mas também que a sua excessiva imaterialização se pode tornar perniciosa na medida em que o ocultar/ desligar da produção material, ao escamotear a memória (integral), não é isenta de riscos ao reduzir os nossos míticos “lugares de (re)encontro” a espelhos oníricos que não têm correspondência do que é, no que se reflecte. Além do mais, esta vulgata excessivamente estetizada não é eterna. Estando o futuro em aberto, e reconstruindo-se as identidades que também não são perenes, mas sim datadas no tempo, parece não ser despidendo seguir espectros mais largos e menos

¹ Relevado nosso.

essencialistas na promoção do campo. Já há exemplos, aparentemente bem sucedidos, que assumem e sabem mobilizar o passado integral, discurso igualmente rendibilizável;

- ii- Em segundo lugar, que a construção da componente imaterial dos territórios da ruralidade é também um problema geográfico. Porque a diversidade paisagística decorre tanto da sua longa espessura histórica como dos procedimentos que as comunidades rurais diacronicamente encontraram para prover à sua subsistência, escolhas específicos e concretas de mobilização de recursos circunscritos que se consubstanciaram em formas de cultivo permanente e consuetudinariamente escrutinados, inseparáveis das respectivas práticas simbólicas. Ou ainda porque, apesar da intersecção das múltiplas escalas (do local ao global) ou de proveniência das variáveis explicativas da morfogénese de um dado território, o específico definiu-se essencialmente à escala local, portanto a grande escala, o distintivo formulou-se predominantemente à escala regional e o “concept” ideológico se foi construindo e se reproduziu a pequena escala (país, comunidade europeia, etc.).

1 - Trajectos da mitificação: A construção das representações e imagens da ruralidade.

A vulgata discursiva, anteriormente citada, transporta um conjunto de arquétipos que se vinculam à modernidade, cuja hermenêutica, sempre dependente do lugar do “campo” nos sucessivos discursos político -ideológicos dominantes, se reproduziu e difundiu através dos processos de socialização /aprendizagem, mais ou menos restritos ou alargados. Para o primeiro caso (restritos / elites) e num Portugal não só ancestral e teimosamente analfabeto como também tardiamente urbanizado, os elementos construtores do imaginário rural podem ser perscrutados nas narrativas da literatura portuguesa, particularmente no romantismo e nos neo-realistas. Mais recentemente (alargados e de massa), são os “media” (sobretudo a TV), em simultâneo com os discursos valorativos dos manuais escolares, que se assumem como principais agentes de mediação entre “nós” e o “mundo rural”, quer se trate de plasmar as diversas estéticas de representação ou a formatação do estereótipo social inerente.

A sequência, não necessariamente diacrónica, *idílio, belo, essência, pureza, dor, sofrimento, quietude, nostalgia, refúgio e autenticidade*, pretende percorrer de forma simplificada estas construções. Sublinhe-se ainda que estas tendências ou concepções de leitura da ruralidade não são especificamente portuguesas, integrando-se, com um maior ou menor desfasamento temporal, nas correntes europeias coevas.

Os qualificativos *idílio e belo* encontram as suas origens remotas na representação da natureza pela pintura flamenga. O enfoque predominante do romantismo retoma-os, como é o caso, entre

outros autores, de Júlio Dinis. Em *Uma família Inglesa*, este médico portuense, destaca o contraste entre o bulício da Rua dos Ingleses e a abertura de horizontes dos campos na Boavista, releva a beleza intrínseca dos campos cultivados quer nas *Pupilas do Senhor Reitor* (1867), quer ainda nos diversos textos inseridos nos *Serões da Província* (1870) referentes às aldeias minhotas. Trata-se de uma ruralidade mítica “espaço de equilíbrio” que apela a comportamentos sociais morais (família / religião) e éticos de que o campo seria o repositório. No artigo “A inocência das aldeias” de 1869, Camilo Castelo Branco (no período realista) desmistifica esta concepção idílica do campo, sublinhando a boçalidade dos camponeses minhotos, a sujidade imunda dos tugúrios, as frequentes rixas e o “vício das tabernas”, a incultura dos morgados e o exibicionismo bacoco dos brasileiros torna -viagem. V. *As Novelas do Minho* (1875-1877) e *A brasileira de Prazins* (1882).

Por sua vez, os qualificativos *essência e pureza*, embora também remotos e recorrentes, ressurgem em pleno aquando da crise de finais do séc. XIX, sobretudo depois do Ultimato. O sentimento de decadência da pátria percorre as jovens elites e, tal explica, em parte, não só o rompimento com as concepções positivistas, com a correlativa negação do “estúpido século XIX” – a máquina simbolizando o “progresso”, insuficiente para a redenção humana, nas concepções espiritualistas de Bergson – como também o retorno ruralista da geração de 90. A “vida nova”, centra o essencial do seu discurso ideológico e programático na necessidade de repensar e encontrar o “ser português” na diversidade das culturas e representações simbólicas das comunidades rurais portuguesas.

Esta necessidade de reencontro e de busca da essência do “ser” português assenta quer nos trabalhos da proto- antropologia cultural e social de José Leite de Vasconcelos (Etnografia Portuguesa e inauguração do Museu Etnográfico em 1883) quer nos de Teófilo Braga (O Povo Português-1885) e plasma-se, melhor ou pior, quer na pintura “naturalista” quer na recente fotografia. Depois assistiremos à “redescoberta” de Portugal pelos roteiros turísticos após o lançamento das estradas reais e do caminho de ferro (Sociedade de Propaganda de Portugal - 1906 - e o Guia de Portugal de Raul Proença -1924).

As concepções programáticas de matriz ruralistas compaginam-se, em plena crise económica e financeira que se segue à 1ª guerra mundial, com o combate ao jacobinismo, negando os caminhos que a sociedade urbano – industrial parecia trilhar. O Estado Novo recupera e enfatiza a relação pátria / terra/ ruralidade no repescar dos feitos gloriosos da expansão marítima (do centenário de Camões aos duplos centenários de 1940) postulando a “especificidade” do povo português. É o eterno retorno à tradição, aos valores morais da família e da religião (pacificação social). Depois o Secretariado da Propaganda Nacional (António Ferro) promove a (re) descoberta do turismo nos territórios da ruralidade e a “aldeia mais portuguesa de Portugal” como repositório das virtudes da nacionalidade (autenticidade, perenidade e tradição).

A construção das sucessivas visões simbólicas da ruralidade, ao transcrescerem sob a forma de ideologia, sempre entroncaram em desígnios políticos programáticos, sobretudo em épocas de crise ou de elevada conflituosidade ou crispação social urbana. A ruralidade portuguesa, vista em todas as suas esferas ou, intencionalmente, relevando umas em detrimento de outras, foi sempre um tema recorrente, particularmente no que diz respeito à procura da velha questão da identidade nacional.

Os qualificativos *dor e sofrimento* decorrem e percorrem, a partir de finais dos anos 30 do século XX, a construção do “ser camponês” na ficção neo-realista portuguesa. Uma natureza hostil: terra madrastra, céus carregados, imensa planura. Uma paisagem criada com estoicismo que fez verter suor e lágrimas. O trabalho humano é, agora, o elemento centrar quer da criação material quer estética. É claro que estamos perante uma “denúncia” assumidamente *engagé* do ponto de vista político, das precárias condições de vida do campesinato oposta à propaganda do Estado Novo, sobretudo do proletariado e semi-proletariado agrícola (a pobreza imerecida de um povo). Daí a predominância territorial do Alto -Douro vinhateiro do Ribatejo e Alentejo.

Embora autores como Manuel da Fonseca ou Soeiro Pereira Gomes pudessem ser citados, ainda assim, destacaria de Alves Redol – Gaibéus (1939):

(...) Nos rostos terrosos, como pedaços moldados no lamaçal dos canteiros, há bagas de suor que o sol faz lucilar, como a orvalheira que ponteia o arroz. Mas o suor parece gelar nas faces cavadas pela fome guardada.

As roupas estão empapadas, a feder sujidade e cansaço.

Morre no ar o odor das espigas loiras cortadas e das flores crescidas à babugem. Fica o cheiro acre dos corpos molhados pela rudeza da labuta. Como por toda a lezíria se agigantam os alugados que se curvam a brandir as foices. Tudo se amesquinha ali, junto deles, que vivem necessidades de mendigos.

As mãos limpam as frentes, depois de ampararem até às gavelas os pés ceifados. O suor vem agora em borbotões, cada vez mais impetuoso, com sangue a verter de chaga funda (...) Quando os olhos se erguem, no endireitar dos bustos, a seara a ondular parece-lhes uma cheia entrada na lezíria, a fugir à sua frente, como anajo acostado (...) De soslaio, os olhos vão chamando, em silêncio aos capatazes.

Mas os capatazes espreitam as horas nos relógios e entenderam que ainda não chegou a hora de lhes dar de beber.

Por paradoxal que possa parecer as leituras do campo do romantismo ou do neo-realismo, apesar de actualmente apropriadas dominantemente por campos políticos opostos, não são contraditórias e ambas contribuíram para a formatação do nosso imaginário da ruralidade. A primeira compondo um quadro idílico de uma beleza intrínseca, a segunda traduzindo um belo duro, construído com dor e sofrimento pelos camponeses pobres e pelo proletariado agrícola numa luta estóica pela sobrevivência.

Os qualificativos de *Nostalgia, refúgio e autenticidade*, manifestam-se já claramente nos anos setenta do século passado, no dealbar da crise e esgotamento do modelo urbano -industrial e de regulação política e social de tipo fordista.

A instabilidade social e a evidência das contradições da cidade moderna de matriz corbuziana ou, se se quiser, os efeitos perversos do urbanismo funcionalista, com o abandono dos centros históricos, das referências simbólicas que eram a rua, o quarteirão ou a praça, e no crescimento disforme e conflitual de subúrbios e periferias contribuem para a construção de uma vulgata crítica da cidade moderna. Simultaneamente, assiste-se não só a um rápido despovoamento como também a uma acentuada descaracterização estética de alguns territórios da ruralidade, nomeadamente os mais periféricos, tudo isto sem que se vislumbressem políticas de planeamento no sentido da salvaguarda e protecção dos patrimónios existentes, ao contrário do que já era prática corrente nas grandes cidades e metrópoles europeias.

Sincronicamente emergem movimentos auto- denominados ecologistas (sobretudo os mais fundamentalistas) a que se juntam franjas da new left que entronizam a natureza enquanto entidade não antrópica e ontologicamente independente das sociedades humanas, negando a matriz cultural europeia de raiz greco - romana e os valores éticos decorrentes da espiritualidade judaico - cristã, procurando encontrar na natureza o “puro e o belo” e nela construir um viver alternativo, mais ou menos hedonístico, que passava pela realização pessoal através da busca de serenidade e paz interior.

Depois a inculcação ideológica por via do ensino, agora massificado, associando cidade / indústria / poluição versus campo / natureza / equilíbrio ambiental, faz o resto. Acresce ainda, por via da dominância das concepções marxistas, a vulgarização do conceito de “alienação do trabalho industrial”, porque rotineiro e repetitivo, taylorista pela separação das actividades de concepção, supostamente criativa e de fabrico, não criativa, logo alienante. Mais tarde assistiremos mesmo à apropriação destes valores pela publicidade (viver no campo / ar puro, liberdade, etc.)

De entre a panóplia de atributos então difundidos e mais ou menos interiorizados, bastará referir uma dezena, por ventura, os mais marcantes e que entrelaçam diversos parâmetros, do social ao ambiente: a cidade é guetizada, suburbanizada, fragmentada, cinzenta, poluída, pouco humanizada, impessoal, causadora de stress, de solidão, de insegurança, de pobreza e exclusão. Por antítese, tal pressupunha a existência de qualidades intrínsecas do campo, como se fossem imanentes, repositório de valores éticos em declínio a exemplo da solidariedade, da fraternidade ou da autenticidade. Ao campo elogia-se a capacidade de auto governo ou mesmo da bondade/rudeza e verticalidade dos residentes, recriminando-se os poderes públicos aos quais caberia o ónus por séculos de autarcia e isolamento. Os governos sempre os teriam abandonado

e sempre se mostraram desinteressado dos problemas locais, a não ser quando precisam de cobrar impostos ou, mais recentemente, votos.

Acresce ainda o mito do pretenso igualitarismo social dos campos, qual espaço de afectos de comunhão e de proximidade, ideias em parte só recentemente desconstruídas, inclusive pelos cientistas sociais, a exemplo, das comunidades agro- pastoris de montanha do Norte de Portugal. Para os urbanos a ruralidade, mitifica-se e mistifica-se enquanto território de refúgio e autenticidade. Mais recentemente, e para algumas franjas sociais, significa mesmo uma certa forma, embora branda, de ascetismo por via da sacralização da natureza enquanto dádiva (água, luz, verde, liberdade, biodiversidade, produção dos próprios alimentos, etc.)

2- – A apropriação dos territórios da ruralidade.

Simplificando, pode dizer-se que existiram dois grandes tempos marcantes na estruturação / organização dos territórios da ruralidade europeia:

i) um primeiro tempo em que prevalecem as dinâmicas endógenas, quer na esfera da produção quer do consumo, que se consubstanciaram em sistemas mais ou menos autárquicos pela dominância simbólica e produtiva de raiz camponesa formatando linguagens próprias ou fórmulas específicas de apropriação territorial;

ii) um segundo tempo, sobretudo marcado pela exteriorização, que consubstanciou espaços organizados essencialmente em função de uma procura externa, o mesmo é dizer pela dominância da mercantilização, primeiro com a emergência e expansão dos sistemas produtivistas (função produtiva) depois e mais recentemente da rendibilização das dimensões paisagísticas e patrimoniais, o que só pôde ocorrer devido à manutenção, ainda que às vezes marginal, de culturas “resistentes” porque impregnadas de memória, que foram geradas e construídas num tempo primeiro.

O fundamental do nosso imaginário da ruralidade parece assentar, ainda que em parte enquanto antítese, nas paisagens pré - produtivistas, ou pelo menos nas geradas antes da dominância da motorização, relativamente tardia na Europa e que em Portugal se estende quase até ao último quartel do séc. XX.

Ainda em Portugal, os principais elementos de identificação ou de reconhecimento e empatia não serão muito distintos dos descritos por Orlando Ribeiro no livro, editado em 1945, *O Mediterrâneo e o Atlântico*: A alto Douro são as vertentes preenchidas de vinhedos, os socacos e os esteios, o Noroeste é o mosaico que o povoamento disperso e o campo – prado compõem,

mais a bouça, o espigueiro, ou as vinhas de enforcado, enquanto o Alentejo é a aldeia compacta, a seara, o montado de sobro e azinho. Mesmo sabendo que conhecer e reconhecer é um processo de aprendizagem em permanente devir, alguma razão haverá para as dificuldades que a maior parte dos jovens estudantes universitários demonstram na compaginação da leitura da paisagem com os dados estatísticos dos recenseamentos da agricultura que aprendem a utilizar. Mesmo perante valores claramente distintos não superam facilmente esta rigidez.

As causalidades da morfogénese da paisagem rural em si (espessura histórica e territorial), isto é, a criação de uma paisagem específica, não teve como intenção a fruição estética por terceiros, nem o desígnio foi a sua qualificação em si, mas sim a organização funcional e operativa de espaços produtivos e de sociabilidades concretas. Dependeu, portanto, de um dado conteúdo sociológico e económico nas suas múltiplas relações com o respectivo enquadramento mesológico. Mas, o que hoje é ou será o “concreto”, material ou imaterial, dos territórios da ruralidade vincula-se a diversas influências (e assim permanecerá) endógenas ou exógenas, que compareceram ou irão comparecer em tempos distintos, agindo e reagindo com diferentes intensidade e em diferentes escalas.

Como se sabe, a maior parte dos territórios da ruralidade encontram-se dependentes de instancias exteriores (PAC /OMC, por exemplo) políticas ou económicas e, num quadro de decisões locativas “desterritorializadas” procuraram formatar-se pela mobilização das suas vantagens específicas, mais restritas. Sobretudo a partir dos anos 80 do século passado, passa a ser recorrente a promoção cultural enquanto estratégia basilar do desenvolvimento local, tendo como fundamento as “identidades locais” que criam e recriam um sentido de lugar, como contraponto aos não lugares. E, assim se compreende, enquanto resposta localista à homogeneização dos padrões culturais, caminhando no sentido da preservação das especificidades das memórias colectivas (sentimento de partilha, etc.) que fazem parte da herança comum.

No entanto, a necessidade de materializar a ideia de memória em cenários e artefactos decorreu ou resultou não só da defesa, mais ou menos voluntarista, de um dado quadro ideológico, mesmo que invisível, por regra essencialista, que comandou a selecção das referências simbólicas a preservar. Depois, a necessidade da sua promoção com o fim de os exteriorizar, tornando-os “mais pesados” e visíveis (exposições temáticas, roteiros vitícolas, feiras gastronómicas, etc.) gerou, nalguns casos, um enorme mimetismo na busca desenfreada da diferença (o que podemos oferecer de diferente de forma a que nos tornemos conhecidos e nos visitem?)

Agora, uma boa parte dos “monumentos de identidade nacional”, outrora símbolos da ideia de pátria foram apropriados localmente (a igreja românica, gótica ou barroca, o castelo ou a muralha). Somam-se, depois, as especificidades das técnicas e do calendário agrícola, como as

levas de água, ou o património civil construído a exemplo do pequeno casco antigo da vila, do convento fora de portas., ou da casa fidalga. Inclusive, preserva-se o edificado mais em função duma identidade local do que regional ou nacional, em função de uma malha ou traça específica ou dos materiais tradicionalmente utilizados.

Já na escala regional os conflitos parecem ser menores. A ela – região - por regra, se aceita pertencer e nele praticamente todos se revêem, mesmo os ausentes, ou sobretudo os ausentes. É a escala, simultaneamente, das sensações genéricas e mais telúricas: o verde liga-se à casa de granito e à frescura minhota, a secura, a intensa luminosidade, a profundidade de horizontes, ligam-se, formando o Alentejo. Daí a importância das designações amplas como Alentejo, Douro ou Alto Minho integradoras dos traços fundamentais da plenitude (sociedade mais territórios dos espaços rurais diferenciados e significativos). Daí também a dificuldade de exteriorização fora destes parâmetros: o regional de pertença e o local de diferença.

Em jeito de Conclusão

Como se disse, a excessiva estetização do campo, a que raramente se consegue fugir nos processos de exteriorização é, muitas vezes, escamoteadora da essência, quando meramente reproduz os estereótipos da aparência. Com o intuito de incrementar o poder de atracção recorre-se à sedução intrínseca que valores ditos universais, comportam e transportam, a exemplo do da liberdade individual, da pureza dos elementos vitais (ar puro e água cristalina) ou até da contemplação, o mesmo é dizer, do encontro ou reencontro de cada um de nós com e à natureza.

Sabe-se que hoje o campo representa cada vez mais um bem de consumo imaterial (um património mais uma paisagem), daí a necessidade das identidades locais se exteriorizarem de molde a poderem representar um recurso rendibilizável. Contudo, este processo, não é isento de riscos, quer pela tendência para a excessiva formatação museológica quer pela contradição entre as aspirações objectivas das comunidades locais, muitas vezes não ajustáveis às concepções de origem exterior.

Os riscos decorrem, em parte, da reprodução de estereótipos que se ajustam à vulgata do tradicional e do típico transportadas por muitos consumidores, o que às vezes, conduz quer a uma excessiva formatação museológica demasiado materializada e até mistificadora do essencial, quer ao recurso ao restauro construtivo das condições pré-existentes, quando não ao “pastiche” seguindo uma tendência demasiado paralisante e fixadora no tempo, dificultando desta forma o confronto com novas linguagens arquitectónicas que respondam a novas funcionalidades e níveis de bem estar normalmente desejadas pelos locais. Mas também podem vir a decorrer duma excessiva opacidade do discurso. O que não se vê nos mapas e, salvo uma

ou outra excepção, se oculta no discurso (poluição, pobreza, degradação do edificado, etc.) mas que existe e faz parte da nossa memória colectiva, quer seja a enxovia e a cozinha pobre do proletariado agrícola alentejano, os tugúrios lúgubres do rendeiro Minhoto, ou os cardanhos no Douro. Um exemplo, apenas uma pequena parte dos complexos problemas na nossa relação ética com os territórios dos outros (que memória se preserva? O simbólico pertence a que memória? É construtora de que identidade? A nossa? Identidade é aquilo que os outros vêm em nós ou o que esperam de nós?

Ainda assim, **o campo permanece**, representou sempre uma actividade económica indissociável de uma forma de viver e existir (daí nostalgia, a relação afectiva, a identidade) e continuará a ser um território de produção de bens materiais